

O TEMPO E A FEMINILIDADE SOB O VASTO
MANTO DO ARLEQUIM: BREVE REFLEXÃO SOBRE A
EPISTEMOLOGIA FEMINISTA DA DIFERENÇA A
PARTIR DO PENSAMENTO DE JULIA KRISTEVA

*TIME AND FEMININITY UNDER THE VAST
MANTLE OF HARLEQUIN: REFLECTIONS ON THE
FEMINIST EPISTEMOLOGY OF DIFFERENCE UPON
THE THOUGHTS OF JULIA KRISTEVA*

*Míriam Coutinho de Faria Alves**

Resumo: Este artigo visa refletir a partir do pensamento de Julia Kristeva, o tempo e a feminilidade como categorias de análise da teoria feminista. Ressalta no imaginário feminista da diferença o saber plural nas narrativas culturais sobre os quais a epistemologia feminista busca as raízes da diferença nos arquétipos que compõem a ordem simbólica patriarcal.

Palavras-chave: Tempo; feminilidade; Julia Kristeva.

Abstract: This paper reflects upon the thoughts of Julia Kristeva on time and femininity as categories of analysis for feminist theory. This emphasizes, in the feminist ideal, the difference in the collective knowledge of cultural narratives, in which feminist epistemo-

* Doutoranda em Direito Público (UFBA). Vice-presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher OAB/Se.

logy searches for its roots, from the difference in the archetypes that make up the symbolic patriarchal order.

Keywords: Time; femininity; Julia Kristeva.

Considerações iniciais – o saber plural no pensamento de Julia Kristeva: o vasto manto de Arlequim

Em 27 de março de 2013, fora realizada em Paris mais uma homenagem à pensadora búlgara-francesa, filósofa, psicanalista, feminista, Julia Kristeva (1941) que desde a década de 60 produz na academia francesa¹ vasta obra cujo pensamento torna-se fundamental para a compreensão das relações entre cultura, linguagem e feminismo. Ainda este ano, em Dezembro de 2013², Kristeva se apresentará no anfiteatro Émile Boutmy nos Institut d'études Politiques de Paris onde tratará do tema *la passion maternelle de Bellini à Beckmann* no intuito de repensar as tradições ocidentais resgatando as heranças culturais do cristianismo e do iluminismo na ciência e na arte.

O pensamento de Kristeva torna-se significativamente relevante por perceber sob um olhar semiótico o entrelaçamento das tradições religiosas e da modernidade na medida em que indaga o sentido da ética na contemporaneidade. Esta autora questiona incessantemente o sentido da diferença na pluralidade do saber, pensa o feminismo com amplitude inserindo o tema da maternidade, da paixão, da arte nas suas narrativas e nos possibilita fazer pontes do seu pensamento com teóricos do pós-modernismo muitos deles

1 Julia Kristeva (1941), professora de Linguística da Universidade de Paris VII Denis-Diderot. Docente convidada da Universidade de Columbia, Nova York.

2 Site oficial / Julia Kristeva. Disponível em internet: <<http://www.kristeva.fr/>>.

dos quais partilhou de enriquecedora convivência acadêmica como Barthes³ e Derrida tecendo, como ela diz, o vasto manto de Arlequim⁴, aquele manto sobre o qual podemos imaginar a diversidade que encobre o funcionamento simbólico da unidade.

Em reportagem publicada no jornal *La Repubblica*, 07-09-2013, Kristeva afirma que “um sistema de regras pré-fabricado que seja bom para todos é impensável. Trata-se de reconhecer a especificidade da vida interior de cada um e, conseqüentemente, encontrar uma versão singular, pessoal, de tais regras. “Tal afirmação revela em potencial o imenso desafio que as sociedades ditas pós-modernas enfrentam na esfera da ética.

Aponta esta autora que nosso destino cultural inserido nos moldes em que compomos e atualizamos a cada dia não se realizam sem a indagação do sentido do limite, da questão da autoridade e dispõe das vias da psicanálise percebendo a necessidade de repensar o desejo e o erotismo nas construções sociais da feminilidade⁵.

- 3 Em relação à Barthes, Kristeva trabalha sobretudo na sua obra “introdução a semiologia” (1969) os aportes barthianos sobre semiologia – linguística na obra de Barthes intitulada *Éléments de sémiologie e em se tratando de Derrida cita-se nesse mesmo viés a obra De la Grammatologie*. BARTHES, R. *Elementos de semiologia*. 9.ed. São Paulo: Cultrix, 1998. DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva. 2.ed, 2000.
- 4 Kristeva faz referência ao manto do Arlequim em entrevista ao *Jornal La Repubblica*, 07-09-2013, a reportagem é de Franco Marcoaldi e a tradução de Moisés Sbardolotto onde afirma a necessidade de construção de um novo humanismo onde pondera: “Na época da globalização, não se confrontam apenas diversas línguas e religiões, mas também diversas morais. Cabe a nós a tarefa de tecer uma espécie de manto de Arlequim, uma espécie de passarela ideal entre os códigos morais de cada um. A humanidade já não nos parece mais um universo mais sim um multiverso, e eu me apoio nisso na astrofísica e na teoria de proliferação dos universos possíveis. Eis por que eu falo do manto do Arlequim como uma nova veste social e normativa, à qual deve concorrer a mesma releitura da tradição e a sua concepção de limite.”. Disponível em internet: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/523719-devemos-construir-uma-religiao-laica-entrevista-com-julia-kristeva>>.
- 5 Welzer-lang elucida que “na sociologia e na antropologia dos sexos, masculinidade e feminilidade designam as características e as qualidades atribuídas social e culturalmente aos homens e as mulheres. Masculinidade e feminilidade existem e se definem em relação e por meio dela. São as relações sociais de sexo, marcadas pela dominação masculina, que determinam o que é considerado normal – e em geral interpretado como “natural” – para mulheres e homens.” WELZER-LANG, Daniel et al. (Orgs.). *Feminilidade, masculinidade, virilidade*. In: *Dicionário crítico do feminismo Helena Hirata*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

A alusão a metáfora de Arlequim⁶ diz respeito à figura representativa do personagem que fantasiado numa roupagem colorida deixa todos os seus espectadores na eminência de serem apresentados ao diferente resgatando no imaginário social a diversidade.

Kristeva utiliza-se da metáfora das diferentes roupagens para a compreensão das diferenças culturais pautadas na experiência da língua. Ao trabalhar os símbolos constitutivos do pathos na tradição grega-judaica e cristã. Ela nos aproxima de formas de compreensão do simbólico instaurando nos seus leitores um escuta sensível sobre a linguagem e o Outro.

A questão do imaginário⁷ constitui-se uma problemática constante nas ciências humanas e sociais. O esboço de uma teoria do imaginário encontra eco também na análise dos processos interpretativos e na necessária apreensão da intertextualidade como via para a compreensão sistemática na relação entre os textos que compõem as diversas narrativas culturais.

Numa de suas primeiras obras *introdução à semanálise* (1969) Kristeva elucida que o trabalho com o texto “questiona as leis dos discursos estabelecidos e apresenta um terreno propício no qual novos discursos podem se fazer ouvir.” (KRISTEVA, 2013, p. 03)⁸ A escuta do texto nos remete aos diálogos como momento comunicativos construídos na cultura pautados por imaginários diversos.

6 Segundo o dicionário de símbolos de Jean Chevalier; “Arlequim é nome que vem da antiga comédia italiana “*Comedia dell’Arte*, cujo objetivo original era o de divertir o público ridicularizando os costumes, esquisitices e extravagâncias da sociedade burguesa da época (sec. XVI) sua vestimenta é feita de remendo de pano. A disposição desses pedaços em Xadrez evoca uma situação conflitiva- a de um ser que não consegue individualizar-se, personalizar-se e desvincular-se da confusão dos desejos, projetos e possibilidades.” CHEVALIER, Jean. Dicionário de Símbolos: (mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números) – Jean Chevalier, Alain Gheerbrant, com a colaboração de André Barbault. (et al.); Coordenação Carlos Sussekind. Trad. Vera da Costa e Silva (et al.) – 13.ed.-Rio de Janeiro:José Olympio,1999.

7 Assim postula Castoriadis (1987, p. 55) “O imaginário é a faculdade originária de se pôr ou se dar, sob a forma de representação, uma coisa e uma relação que não são (...) É a capacidade indestrutível de revelar uma imagem.”

8 KRISTEVA, Julia. *Introdução a semanálise*. Trad. Helena França Ferraz. 3.ed. São Paulo: Perspectiva,

Bertrand⁹ em ensaio sobre a crença e o imaginário, retoma a questão das relações entre as estruturas da sociedade e os modelos de pensamento propondo uma releitura do Marxismo, não como ideias estratificadas mas como passos para reencaminhar e repensar o debate sobre a subjetividade. Nesse sentido, retomamos Castoriadis (1987, p. 58) no pensar que “a sublimação é o processo de socialização visto desde a psique.” Em caminho semelhante Bartolomé Ruiz¹⁰ (2003, p. 109) manifesta apropriadamente que a relação entre o imaginário e as formas simbólicas¹¹ postula o paradoxo do imaginário diante das dimensões da linguagem.

Kristeva nos encaminha a reflexão sobre a estruturação imaginária da ordem psíquica através do universo simbólico resgatando a experiência do sentido na estrutura da linguagem. Nesse contexto, a reflexão sobre o desejo é inserida nas tradições culturais e cria um cenário privilegiado sobre o qual o leitor participa da experiência vital sobre habitar a linguagem.

Dentro desse contexto, o viés hermenêutico e psicanalítico é tomado como referência sobretudo em Lacan, para compreender as relações dos saberes dentre os quais a filosofia e a psicanálise se comunicam. Como pensadora instigante, nos aponta para esse saber plural e pensa os multiversos, ou seja, incorpora a proliferação de universos possíveis onde transitamos num processo de compreensão da diferença.

9 BERTRAND, M. O homem clivado. A a crença e o imaginário. In: *Elementos para uma teoria marxista da subjetividade*, Silveira e Doray (Coord.), São Paulo: Vértice, 1989.

10 Como postula bem Ruiz em capítulo intitulado: *Do mítico-mágico ao simbo-logismo* “O imaginário não consegue manifestar-se a não ser sob formas simbólicas. Um simbolismo sempre perpassado pela racionalidade, mas também uma racionalidade sempre impregnada de simbolismo. Eis por que podemos caracterizar o ser humano como um ser simbo-lógico ou, de forma mais ampla, um ser essencialmente mito-lógico.” (2003, p. 109). RUIZ, Castor Bartolomé. Os paradoxos do imaginário. Editora Unisinos: São Leopoldo, 2003.

11 Relembrando Castoriadis (1991, p.142) “as instituições não se reduzem ao simbólico, mas elas só podem existir no simbólico, são impossíveis fora de um simbólico e constituem cada qual sua rede simbólica, de tal forma que um sistema de direito, um poder instituído, uma religião, existem socialmente como sistemas simbólicos sancionados.”

A diferença como categoria inscrita na epistemologia feminista tem sido construída a partir de aportes filosóficos e linguísticos. Assim como nos ensina Kristeva “a operação lógica da negação parece estar na base de toda atividade simbólica (na medida em que está na base da diferença e da diferenciação, como observa Hegel) é o ponto nelvrágico em que se articula o funcionamento simbólico.” (KRISTEVA, 2012, p. 245).

1. Tempo e feminilidade: narrativas da cultura

Tempo e Feminilidade na leitura de Kristeva são categorias imersas na linguagem.¹² Kristeva se dispõem fazer da “língua um trabalho (poiein), laborar sobre a materialidade do que para a sociedade é um meio de contato e de compreensão...” (KRISTEVA, 2012, p. 01).

Nesse ser-aí da linguagem de corte Heideggeriano, há uma manifestação que remodela o tempo exterior e interior do sujeito sobre o que está sendo vivenciado e nos faz perceber que entre “ser e tempo” encontra-se uma fluidez disposta no mundo da vida. Para Dastur (1997, p. 40) numa releitura de Heidegger “A novidade de Ser e tempo consiste, precisamente, pelo contrário, em ter feito destes dois problemas tradicionais uma única questão, a da Temporalidade do ser.”

Dentro desta perspectiva, a ideia de tempo e feminilidade seja pelo viés psicanalítico ou filosófico passa sem dúvida pelo contato com o Outro imerso na temporalidade do ser que podem ser di-

12 “O ato chamado literário, por não admitir a distância ideal em relação àquilo que significa introduz o estranhamento radical relativamente ao que se julga ser a língua – um portador de sentido. Estranhamente próxima, intimamente estranha à matéria de nossos discursos e de nossos sonhos, a literatura nos parece hoje ser o ato mesmo que apreende com a língua funciona e indica o que ela amanhã tem o poder de transformar.” (KRISTEVA, 2012, p. 01).

mencionados na linguagem. Uma dessas contextualizações refere-se especificamente as formas que o arquétipo¹³ feminino se realiza na transmissão das tradições e raízes culturais e atravessa o papel da memória na escrita simbólica de um povo.

Nesse sentido, o diálogo intercultural feminista na perspectiva pós-estruturalista de Kristeva pensa-se em torno do conceito de diferença já discutida antes por Luce Irigaray¹⁴ e Helene Cixous¹⁵, para citar algumas autoras que teorizam no panorama do feminismo da diferença no âmbito francês.

Tendo como reflexão que a opressão feminina começa pelos mecanismos de moldar diferenças em geral comportamentais entre homens e o mulheres presente nos contextos da cultura. O feminismo da diferença pensa a raiz da desigualdade num viés mais profundo: o da ordem simbólica. (KUBISSA, 2007, p. 295¹⁶).

A experiência da cultura, no entanto, não reside apenas na construção concreta da vivência mas no inconsciente coletivo (STEIN, 2006, p. 99). Observa-se então o mundo como¹⁷ “forma de sentir e de pensar que constitui a totalidade significativa” (NUNES, 1989, p. 101). Esse modo de percepção da produção simbólica na formação das ciências já contextualizada por Bachelard¹⁸ para quem entre ciência e imagem há um processo de continuidades e descontinuidades imbricados na construção da criação científica.

13 Numa perspectiva Junguiana, arquétipos se configuram como “conteúdos do inconsciente coletivo.” (HALL, 2005, p. 33).

14 IRIGAY, Luce. *Amo a ti. Bosquejo de una felicidad en la historia*. Madrid: Icaria, 1994.

15 CIXOUS, Hélène. *La risa de la medusa*. Ensayos sobre la escritura. Barcelona: Antropos, 1995.

16 KUBISSA, Luisa Posada. *La diferencia sexual como diferencia esencial: sobre Luce Irigaray*. In: Teoría Feminista de la Ilustración a la globalización – Del feminismo liberal a la posmodernidad. Minerva Ediciones, Madrid: 2007.

17 NUNES, Benedito. *O drama da linguagem: uma leitura de Clarice Lispector*. São Paulo: Ed. Ática, 1989.

18 BACHELARD, Gaston. *La poética del espacio*. México: Fondo de Cultura Económica, 1965.

Como bem diz Flusser¹⁹, “o jogo com símbolos passa a ser o jogo do poder” (2011, p. 47). O reconhecimento desses símbolos torna-se de crucial importância para a teoria crítica. Na medida em que a epistemologia se depara com uma crescente diversidade nas formas de conhecer/ pensar a cultura dialogando com os aportes da pós-modernidade. Panikkar²⁰ nos revela possibilidades conceituais para o viés multiculturalista de análise pois se utiliza do termo relatividade para situar as subjetividades que estão em constante inter-relação.

Nesse sentido, as aproximações interculturais sobre feminilidade da qual o pensamento de Kristeva torna-se influência constante serve-nos para pensar os arquétipos. Para Gruzinski²¹ (2003, p. 103), por exemplo, ao analisar os imaginários colonizados das sociedades indígenas ressalta que “os discursos tomam formas de avisos, conselhos e admoestações” se incorporam na vivência como símbolos de um povo.

Portanto, a diferenciação cultural é elemento intrínseco à estrutura de poder na cultura e sua força simbólica poderia ser apreendido a partir da percepção fenomênica (JUNG, 1999, p. 128), ou seja, percebendo à função que determinadas práticas sociais assumem num contexto específico onde o processo de adaptação e reajuste do sujeito traz à luz por exemplo, a “domesticação” do feminino na cultura que nos leva à pensar sobre o permitido e o proibido como marcas coletivas que pontuam à consciência coletiva.

Dessa forma, a cultura para Kristeva é uma forma eminente de pensar o tempo. Nesse patamar tomamos como referência Arendt e

19 FLUSSER, Vilém. *Filosofia da caixa preta: ensaios para uma futura filosofia da fotografia*. São Paulo: Annablume, 2011. (Coleção Comunicações).

20 PANIKKAR, Raimon. Seria a noção de direitos humanos um conceito ocidental. In: BALDI, C.A. (Org.). *Direitos Humanos na sociedade cosmopolita*. Rio de Janeiro. Renovar, 2004.

21 GRUZINSKI, Serge. *A colonização do imaginário: sociedades indígenas e ocidentalização no México Espanhol. Séculos XVI e XVIII*. Trad. Beatriz Perrone Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

Merleau Ponty para quem “cada des-ilusão é a perda da evidência, unicamente porque é a aquisição de outra evidência” (ARENDRT apud Ponty, 1992, p. 43)²² que assim se perpetua no tempo. Aí está o caráter da ciência que reside num fazer e desfazer de imaginários.

2. Notas acerca da epistemologia feminista da diferença

A epistemologia feminista da diferença torna-se especificamente produtiva nos estudos feministas sob um viés empírico dando contribuições relevantes para dimensionar os aspectos culturais imersos na história cotidiana das mulheres sendo a teoria feminista da diferença aquela que se caracteriza em torno da diversidade e pluralidade das experiências onde se atenta para a categoria mulher de forma concreta por isso proliferam os trabalhos nesta seara sobre as desigualdades de classe, oriunda de discriminações étnicas sendo esta corrente contrária à homogeneização da condição feminina no que diz respeito à forma de opressão das mulheres.

Sabemos que a sociologia e antropologia americana nos trouxe a categoria de gênero²³ tornando-se núcleo central do debate. Logo, a pluralidade tem sido amplamente questionada no âmbito dos estudos de gênero mais propriamente no feminismo cultural e da diferença. O que nos permite pensar nos imaginários femininos em distintas perspectivas da cultura aproximando a heterogeneidade cultural a partir da sua manifestação simbólica.

No entanto, todo cuidado na crítica feminista à cultura ainda é pouco. “Frantz Fanon, um dos mentores intelectuais da luta pela liberação da Argélia, também acusava os franceses de se utilizarem

22 ARENDRT, Hannah. *A vida do espírito: o pensar, o querer, o julgar*. Trad. Antonio Abrances et al. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Ed. UFRJ, 1992.

23 Os conceitos de gênero e patriarcado tem sido usualmente utilizados pela teoria feminista.

do emblema da emancipação feminina como uma das formas de desagregação da identidade argelina.” (SOARES, 1998, p. 130).

Por certo, é em meio a um articulado sistema de símbolos que o direito contemporâneo se vê na árdua tarefa de atuar em prol dos direitos humanos das mulheres. Para uma teoria feminista do direito, percebemos a relação identitária entre o espaço público e privado, como espaços simbólicos de estruturação em que o arquétipo do feminino se manifesta.

Convém relembrar Betty Friedan²⁴, na sua obra *Mística Feminina*, que alertava desde então para a relação da mídia na moldura de valores de conteúdo patriarcais alicerçados na relação da mulher com a casa e os filhos nas circunstâncias de submissão, reestruturando a mística da domesticidade. O corpo feminino é domesticado nos moldes da cultura dominante.

Entra em cena de forma renovada a questão das políticas de gênero resgatando as relações entre ordem familiar e trabalho em meio ao qual as desigualdades de gênero encontram-se alicerçadas. Mayorga et al. pontua que “o sistema de gênero é o sistema simbólico ou o sistema de significados que correlaciona o sexo com conteúdos culturais de acordo com valores e hierarquias sociais.” (MAYORGA, 1999, p. 467).

No feminismo da diferença, a mentalidade colonialista propagada historicamente nos países da América do sul passam a ser o foco da discussão sobre as experiências de vida das mulheres sul-americanas²⁵ gerando uma ampla discussão nos fóruns sociais sobre a agenda política de enfrentamento da situação de vulnerabilidade feminina.

24 FRIEDAN, Betty. *Mística Feminina*. Petrópolis: Vozes, 1971.

25 Cita-se o seminários internacionais como o realizado em 2010 em Belo Horizonte de direitos sexuais, feminismos e lesbianidade: olhares diversos. Recentemente em 2013, em Florianópolis o congresso internacional *Fazendo Gênero-Desafios atuais do feminismo* que se propôs a revisitar os imaginários feministas, posições, lugares da mulher no espaço social e na política.

Neste aspecto, o feminismo em diálogo com o multiculturalismo se afirma como um olhar plural sobre a condição humana. Visa aproximar-se da complexidade da interdisciplinaridade nas relações sociais e produz a percepção das diferenças culturais manifestando a necessidade do debate intercultural entre os povos.

Nesse processo de ver o outro de forma multicultural, o elemento da diversidade cultural torna-se elemento fundamental incorporando um processo de revisitar paradigmas culturais servindo para repensar as estigmatizações e os estereótipos que giram em torno da cultura.

Nessa seara insere-se também as tensões entre multiculturalismo e feminismos na análise de autoras como Susan Moller Okin em artigo intitulado “Is multiculturalism Bad for Women?” (1999) e Leti Volpp²⁶ “Feminismus versus multiculturalism”. Okin no referido artigo refere-se ao processo de assimilação de uma cultura majoritária sobre os direitos culturais de um grupo minoritário. Quanto à Volpp (2002, p. 5) nos leva a nos questionar como o feminino colonizado, pensado em quanto o outro no imaginário social poderia emancipar-se dentro da mesma cultura que o subordina.

A diferença cultural é salientada dentro de um conceito de justiça, chamado por Nancy Fraser²⁷ (2009) como conceito bidimensional de justiça e prescreve a interação cultural pontuada como instrumento para o justo fazendo articulações críticas entre feminismo e o neoliberalismo analisando a chamada segunda onda do feminismo²⁸ em articulação com as teorias críticas no capitalismo²⁹.

26 VOLPP, Leti. Feminism versus multiculturalism. Disponível em: <<http://www.jstor.org/discover/10.2307/1123774?uid=37476&uid=3737664&uid=2129&uid=5909624>>.

27 FRASER, Nancy. *O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história*. Disponível em: <http://www.newleftreview.org/article/download_pdf?language=pt&id=2772>.

28 Sobre a chamada segunda onda do feminismo assim leciona Fraser “Focando não apenas no gênero, mas também na classe, na raça, na sexualidade e na nacionalidade, elas foram precursoras de uma alternativa interseccionista que é amplamente aceita hoje.” (FRASER, 2009, p. 23).

29 Como pontua Fraser sobre a segunda onda do feminismo que atua “rejeitando a identificação exclusiva de injustiça com má distribuição entre classes, as feministas de

Nesse sentido, na perspectiva de Fraser é preciso pensar o feminismo enquanto crítica da cultura não de forma absoluta mas tecendo cuidadosamente as relações entre cultura, neoliberalismo, direito e poder.

Relembramos então Warat³⁰ ao nos falar sobre o “monastério dos sábios” ou *o sentido comum teórico dos juristas no que ele chamava a “esfinge da ciência do direito”*³¹ (WARAT, 1995, p. 57) onde o direito enquanto teoria do poder tenta deslocar a angústia fundamental do ser colocando na ciência jurídica a ideia de totalidade.

3. A intertextualidade como diálogo: abrindo pontes entre o pensamento de Julia Kristeva e Vilém Flusser

Flusser (2008, p. 148) filósofo tcheco- radicado no Brasil considera “a civilização como uma organização de palavras” no sentido de que estamos sendo a todo momento impulsionados para o diálogo, articulando modos de entendimento com o outro. Processo que se intensificou de certa forma com as vivências da tecnologia numa veemente elaboração continuada das relações sociais na pós-modernidade.

Dentro dessa perspectiva pós-moderna, os discursos feministas torna-se diálogos manifestando o caráter intertextual através do qual se apresentam assim como o pensamento flusseriano, obser-

segunda onda se uniram a outros movimentos emancipatórios para romper o imaginário restritivo e economicista do capitalismo organizado pelo estado” (FRASER, NANCY, 2009, p. 23).

30 WARAT, Luis Alberto. *Introdução Geral ao Direito II: A epistemologia Jurídica da modernidade*. Sergio Antonio Fabris: Porto Alegre, 1995.

31 Assim nos explica Warat “A história das verdades jurídicas no ocidente, como discursos estruturador da instituição social é uma palavra enigmática. A ciência jurídica como discurso que determina um espaço de poder, é sempre obscura, repleta de segredos e silêncios, constitutiva de múltiplos efeitos mágicos e fortes mecanismos de ritualização que contribuem para a ocultação e clausuras das técnicas de manipulação social.” (WARAT, 2007, p. 57).

vam a linguagem como viés comunicativo. Dessa forma, a emancipação feminina num contexto multicultural aponta quase sempre para um diálogo com a ordem simbólica que a constitui.

A intertextualidade como possibilidade residiria nessa ação sobre o qual o simbólico se expande. Kristeva nos chama atenção para o momento pré- simbólico nas tradições culturais em torno da maternidade. Reconhece que a feminilidade percorre o entrelaçamento da convivência apontando para uma densa e emaranhada narrativa sobre o significado da sujeito feminino na reprodução dos arquétipos culturais.

A feminilidade no contexto da cultura encontra na arte uma das vias de expressão. Na estética literária brasileira, tomamos como exemplo a literatura de Clarice Lispector na obra *a paixão segundo G.H.*, onde a personagem central G.H. vive uma situação existencial que a mantém ligada à uma busca de sentido que provoca interfaces psicológicas e filosóficas em que encontra imersa sua dramaticidade.

Essa busca existencial, original, do personagem clariceano tal qual a metáfora do Arlequim não pode se resolver em uma única forma. G. H. manifesta toda a sua multiplicidade e possibilidade de experimentar o mundo (da vida) diante da relação casa/quarto/vida. Em certo momento, a personagem vivendo tal articulação pensa que se o telefone (a voz do outro). Tocar será “salva” de si mesma, mas ela mesma conta ao leitor que havia desligado o telefone e se desligado do mundo. Assim, as relações consigo mesma e a alteridade permitem que as manifestações do feminino retome à própria essência, transparecendo na narrativa a atitude radical de devorar o neutro da vida, tornar-se o vivido. O “vivido” significa o diálogo com o imaginário no espaço simbólico das alteridades.

Na compreensão dos imaginários, a narrativa joga um papel fundamental como artefato originário de onde o direito e seu saber poético circula, o direito é quase sempre o retorno à narrativa

originária da sociedade (OST, 2005, p. 25)³². Esse enraizamento originário demonstra trajetórias paradoxais aqui exemplificadas entre direito e linguagem literária. O espaço literário do ponto de vista estético ganha através da personagem clariceana a voz de uma mulher que expõe a indiferença na procura da identidade. O leitor, ou o outro simbólico surge como a mão invisível da qual a personagem pede auxílio e manifesta o pensamento exterior (LEVY, 2010, p. 2)³³ como um recalque convertido aparece “o outro” simbólico cujo olhar ressurgue numa “cara sem contorno” (PSGH, 1998, p. 55).

O sentido de pertencimento à uma cultura, ou comunidade, evidencia laços de um passado ou memória em comum. Barros expõe que a “cisão do corpo feminino” nas leituras culturais entre o profano e o sagrado são reincorporados aos significados da sexualidade feminina.³⁴

Na década de 70, Gayle Rubin, da antropologia americana, evidencia aportes culturais da feminilidade na sua obra *The traffic in Women: Notes on the political Economy of sex* reinterpretando à submissão feminina pelo viés da organização da economia pautada na construção das desigualdades sexuais.

Levinas (2000, p. 54) nos fala do rosto como elemento de vínculo, de modo que observamos nos rostos femininos das que sofrem violência de gênero, sobretudo, a exposição da violência que desfigura o espaço íntimo dos afetos. A violência contra mulher produz dessa forma um estranhamento sobre ela mesma que passa a viver sob as amarras da identidade do agressor daí a veemente necessidade de romper o ciclo da violência.

32 OST, François. *O tempo do direito*. Bauru: edusc, 2005.

33 LEVY, Tatiana Salem. *A experiência do fora*: Blanchot, Foucault e Deleuze. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

34 BARROS, Mariana Leal. “Os deuses não ficarão escandalizados”: ascendências e reminiscências de femininos subversivos no sagrado. Estudos feministas/Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e ciências Humanas, Centro de comunicação e expressão. v. 7, n. 1-2, (1999). Florianópolis:UFSC,1999.

Flusser (2011, p. 85) nos expõe à necessidade de romper “a simbolização alienada e retomar à experiência concreta da própria morte no outro.” Restaurar a nós mesmos uma relação autêntica onde o manto de Arlequim fale sobre a diversidade no movimento do tempo. Esse tempo na reconfiguração do sensível que Kristeva³⁵ nos traz: o tempo (sensível) do reencontro.

Conclusão

A diferença como categoria de análise tem no trabalho de Julia Kristeva um destaque especial para a apreensão das relações entre linguagem, psicanálise e feminismo.

Teorizando sobre a cultura na contemporaneidade a partir das relações entre as tradições grega-judaico-cristã, Kristeva explora com profundidade o sentido que o texto ocupa na construção comunicativa entre os povos. Assim revela Kristeva que o fato de “dizer o nome exato de um ser ou de um objeto equivale a mostrá-lo simbolicamente.” (KRISTEVA, 2012, p. 89).

O imaginário que se manifesta na linguagem advém de espaços simbólicos onde a feminilidade se apresenta sob múltiplas formas. Nesse sentido, a releitura do tempo leva-nos a pensar profundamente a linguagem sobretudo a narrativa literária ressaltando a escritura como meio de perceber os alicerces psíquicos e sua estrutura. Quase como numa conversa infinita nos termos de Blanchot³⁶, Kristeva nos propõem transitar pelos retornos originários e a operar com imaginários e registros simbólicos através da construção do tempo e da feminilidade na cultura.

35 KRISTEVA, Julia. *Le temps sensible – Proust et l'expérience littéraire*. Editions Gallimard, 1994.

36 BLANCHOT, Maurice. *A conversa infinita: a ausência de livro, o neutro, o fragmentário*. Trad. João Moura. São Paulo: Escuta, 2010.

Referências

BARROS, Mariana Leal. Os deuses não ficarão escandalizados: ascendências e reminiscências de femininos subversivos no sagrado. estudos feministas/Universidade Federal de Santa Catarina. *Centro de Filosofia e ciências Humanas, Centro de comunicação e expressão*. v. 7, n. 1-2, (1999). Florianópolis: UFSC, 1999.

BERTRAND, M. O homem clivado (Coord.). A crença e o imaginário. In: *Elementos para uma teoria marxista da subjetividade*. Silveira e Doray, São Paulo: Vértice, 1989.

BLANCHOT, Maurice. *A conversa infinita: a ausência de livro, o neutro, o fragmentário*. Trad. João Moura. São Paulo: Escuta, 2010.

BYINGTON, C. A. B. O Desenvolvimento Simbólico da personalidade. *JUNGUIANA – Revista da Sociedade Brasileira de Psicologia Analítica*, 1983.

CHEVALIER, Jean. *Dicionário de Símbolos* (mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números) –Jean Chevalier, Alain Gheerbrant, com a colaboração de :André Barbault (et al.); Coordenação Carlos Sussekind; tradução Vera da Costa e Silva (et al.). 13.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.

FOUCAULT, M. O Sujeito e o poder. In: DREYFRUS, H; RABINOW, P. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense,1995.

KRISTEVA, Julia. *Introdução à semântica*. 3.ed. São Paulo: Perspectiva, 2012.

_____. *Le temps sensible – Proust et l'expérience littéraire*. Editions Gallimard, 1994.

KUBISSA, Luisa Posada. La diferencia sexual como diferencia esencial: sobre Luce Irigaray. *Teoria Feminista de la Ilustración a la globalización* – Del feminismo liberal a la posmodernidad. Madrid: Minerva Ediciones, 2007.

JIRONET, Karin. *Liderança Feminina: gestão, psicologia Junguiana, espiritualidade e a jornada global através do purgatório*. Trad. Cláudia Gespe Duarte. São Paulo: Editora Pauluis, 2012.

JUNG, C.G. *A Energia Psíquica*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

HALL, Calvin Springer. *Introdução à psicologia Junguiana*. Trad. de Heloysa de lima Dantas. 8 ed. São Paulo: Cultrix, 2005.

HARDING, M. Esther. *Os mistérios da mulher* – antiga e contemporânea\ uma interpretação psicológica do princípio feminino tal como é relatado nos mitos, na história e nos sonhos. 4.ed. Ed Paulus, 2002.

LEVY, Tatiana Salem. *A experiência do fora: Blanchot, Foucault e Deleuze*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

NEUMANN, Erich. *A Grande Mãe: um estudo fenomenológico da constituição feminina do inconsciente*. Tradução de Fernando Pedroza de Mattos e Maria Silvia Mourão Netto. São Paulo: Cultrix, 1999.

NUNES, Benedito. *O drama da linguagem: uma leitura de Clarice Lispector*. São Paulo: Ed. Ática, 1989.

PANNIKAR, Raimon. Seria a noção de direitos humanos um conceito ocidental. In: BALDI, C. A. (Org.). *Direitos Humanos na sociedade cosmopolita*. Rio de Janeiro. Renovar, 2004.

RUIZ, Castor Bartolomé. *Os paradoxos do imaginário*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003.

WARAT, Luis Alberto. *Introdução Geral ao Direito II. A epistemologia Jurídica da modernidade*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1995.

WELZER-LANG, Daniel et al. (Orgs.). *Feminilidade, masculinidade, virilidade*. In: *Dicionário crítico do feminismo Helena Hirata*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.